

e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se onde se lê «Aguinaldo Marques de Sousa — 19-09-72» deve ler-se «Aguinaldo Marques de Souza — 19-09-72».

8 de Setembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23414/2008

1 — Nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e em conjugação com o n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, é exonerado a seu pedido o licenciado Miguel José Lopes Romão do cargo de director da Direcção-Geral da Política de Justiça.

2 — Registo e louvo a inteligência, a competência e o elevado sentido das responsabilidades com que as funções foram exercidas pelo Dr. Miguel Romão, destacando em especial o período da Presidência Portuguesa da UE, em que foram da maior relevância para o seu sucesso.

O presente despacho produz efeitos a partir de 31 de Agosto.

3 de Setembro de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 23415/2008

1 — Nos termos dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Maria Helena Correia de Sousa Gomes de Oliveira Dias para exercer as funções de minha secretária pessoal durante o período de baixa médica por motivo de gravidez e de licença de maternidade de Carla Sofia da Silva Godinho, nomeada minha secretária pessoal através do despacho n.º 8009/2005, de 14 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2005.

2 — O presente despacho de nomeação cessa os seus efeitos na data em que terminarem os impedimentos ao exercício de funções referidos no número anterior de Carla Sofia da Silva Godinho.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 2 de Setembro de 2008.

5 de Setembro de 2008. — O Secretário de Estado da Justiça, *João Tiago Valente Almeida da Silveira*.

Secretaria-Geral

Listagem n.º 361/2008

Publicação dos subsídios atribuídos pelo Ministério da Justiça, a que se refere o conjugado com o n.º 1 do art. 2.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, respeitante ao 1.º Semestre de 2008.

Beneficiário	Montante (euros)	Entidade decisora	Data
Federação Portuguesa de Associações de Surdos.	40.000,00	Ministro da Justiça.	17.04.2008
I.A.C. — Instituto de Apoio à Criança.	40.012,53	Secretaria-Geral Adjunta.	19.03.2008
<i>Total</i>	80.012,53		

8 de Setembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Listagem n.º 362/2008

Publicação das bolsas atribuídas aos Auditores de Justiça provenientes dos Palop, que frequentaram o Centro de Estudos Judiciários, no 1.º Semestre de 2008, a que se refere o conjugado com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei 26/94, de 19 de Agosto.

Beneficiário	Montante (euros)
Aimadu Sauné	3.815,82
Atanásio Saturnino João Samo	3.815,82
Cecília Ventura João Caetano	3.815,82
Daniel Hostelina Alves Monteiro.	3.815,82
Gregório Lívio Dias Mavila.	3.815,82
José Sequeira Lopes.	3.815,82
Ladislau Clemente Fernandes Embassa.	3.815,82
Maria Sanira Teixeira Gomes	3.815,82
Maria Flora Lopes	3.815,82
Nelson Ricardo dos Santos da Cruz.	2.543,88
Pansau Natchare.	3.815,82
Romelo Barai	3.815,82
Sandra Júlio Nhamoneque	3.815,82
<i>Total</i>	48.333,72

8 de Setembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 23416/2008

Por despacho de 2008.06.05 do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Isabel Maria Alves da Silva da Costa, Assistente Administrativa Especialista do quadro de pessoal da extinta Inspeção-Geral dos Jogos, a exercer funções em regime de requisição no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, provida automaticamente como Especialista Auxiliar de Escalão 2 para o quadro da Polícia Judiciária.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

9 de Setembro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 23446/2008

1 — Nos termos dos artigos 27.º e 32.º da Lei n.º 45/2004, de 19 de Agosto, dos despachos do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, de 27 de Fevereiro de 2008, do Secretário de Estado da Administração Pública, de 21 de Fevereiro de 2008, e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, de 20 de Fevereiro de 2008, e da deliberação do conselho directivo do INML, I.P., de 7 de Março de 2008, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso documental, tendo em vista a celebração de contratos de prestação de serviços na modalidade de avença anuais, renováveis até ao limite máximo de três anos, com 7 médicos, para realização de actividade pericial de clínica forense no âmbito do direito do trabalho — juntas médicas e exames de revisão — nos Tribunais de Trabalho da área de actuação da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, I.P.)

2 — A remuneração mensal será a correspondente ao número de exames realizados, cujo valor unitário é o fixado na Portaria n.º 685/2005, de 18 de Agosto.

3 — Local da prestação da actividade — Tribunais da área de actuação da Delegação do Sul ou, na sua impossibilidade, em local a indicar por aquela Delegação.

4 — Requisitos de admissão — licenciatura em medicina, inscrição na Ordem dos Médicos que habilite ao livre exercício da actividade médica e conhecimentos de informática ao nível do utilizador.

5 — Método de selecção — avaliação curricular, destinada a determinar a capacidade de realização de perícias médico-legais para que é aberto o presente procedimento concursal, sendo ponderados pela ordem indicada os seguintes factores:

- a) Ser detentor do grau de especialista em medicina legal;
- b) Competência em avaliação do dano corporal pela Ordem dos Médicos;
- c) curso de pós-graduação em avaliação do dano corporal pós-traumático;
- d) Experiência médico-legal na área da avaliação do dano corporal no INML, I.P.;
- e) Maior disponibilidade horária para o exercício de actividade pericial, de segunda a sexta-feira dentro do horário normal de expediente, mediante declaração escrita;
- f) Em caso de igualdade, depois da aplicação dos factores enunciados nas alíneas a), b), c), d), e e), serão consideradas as classificações obtidas na licenciatura em medicina.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante o preenchimento de requerimento, cujo modelo se publica em anexo ao presente aviso, a entregar pessoalmente ou por correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso para a delegação do Sul do INML, I.P., Rua Manuel Bento de Sousa n.º 3, 1150-219 Lisboa.

6.2 — O referido requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Cópia de documento comprovativo da posse da licenciatura em medicina, com indicação da respectiva nota;
- b) Cópia de documentos comprovativos da titularidade das habilitações mencionadas nas alíneas b) e c) do ponto 5 do presente aviso, no caso de ser possuidor daquelas habilitações.
- c) Cópia da cédula profissional emitida pela Ordem dos Médicos onde conste a respectiva especialidade ou, na sua falta, declaração emitida pela mesma Ordem;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;
- e) Declaração para comprovação negativa das situações referidas no n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conforme modelo constante do anexo I ao referido diploma, disponível em www.inml.mj.pt. Os candidatos que vierem a ser seleccionados devem apresentar no momento da celebração do contrato declarações comprovativas de terem regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social, podendo em alternativa, autorizar o INML, I.P., a consultar a sua situação contributiva perante aquelas entidades, através das respectivas páginas electrónicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 14 de Abril.

7 — Todos os candidatos seleccionados devem apresentar seguro de acidentes de trabalho decorrentes da actividade pericial e os candidatos vinculados à Administração Pública devem, também, juntar a respectiva autorização de acumulação de funções.

8 — Não são aceites candidaturas de médicos com quem o Instituto tenha feito cessar os respectivos contratos, nem com médicos que detenham com o INML, I. P. uma relação jurídica de emprego público.

9 — Assiste ao júri a faculdade de proceder às diligências que considere indispensáveis à verificação dos elementos curriculares indicados pelo candidato.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Lei n.º 45/2004, de 19 de Agosto, e regime legal da aquisição de bens e serviços.

12 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Professor Doutor Jorge Manuel Matias da Costa Santos, director da Delegação do Sul do INML, I. P.

Vogais efectivos:

Dr. Fernando Manuel Rodrigues Santos Vieira, director do Serviço de Clínica Forense da Delegação do Sul do INML, I. P.

Dr. Frederico Manuel Capitão Pedrosa, assistente graduado de medicina legal da Delegação do Sul do INML, I. P.

Vogais suplentes:

Dr. João Luís Ferreira dos Santos, chefe de serviço de medicina legal da Delegação do Sul do INML, I. P.

Dr. Francisco Manuel Matias da Costa Santos, director do serviço de Patologia Forense da Delegação do Sul do INML, I. P.

14 de Junho de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

ANEXO I

Requerimento de admissão a concurso

(Quando for preenchido de forma manuscrita deve ser utilizada letra legível)

Exmo Senhor
Presidente do Conselho Directivo
do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P.

Requerimento de admissão a concurso documental com vista à celebração de contrato de prestação de serviços, segundo o regime estabelecido na Lei n.º 45/2004, de 19 de Agosto, para realização de actividade pericial de clínica forense no âmbito do direito do trabalho - juntas médicas e exames de revisão - nos Tribunais de Trabalho da área de actuação da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML, I.P.).

Aviso n.º publicado no D.R., II Série, n.º _____, de ____/____/2008.

A - Identificação:

1. Nome completo:
2. Naturalidade
Freguesia:
Concelho:
Distrito:
3. Nacionalidade:
4. Data de Nascimento:/...../19.....
5. Bilhete de Identidade n.º:
Emitido em/...../.....
Pelo Serviço de Identificação Civil de:
6. Número de identificação fiscal:

B - Endereço:

Domicílio (Rua, Av.º ...):

Localidade:

Código Postal:

Telefone: Telemóvel: E-mail:

C - Habilitações académicas/profissionais:

1. Inscrição na Ordem dos Médicos - Secção Regional do
Cédula Profissional n.º
2. Licenciatura em medicina conferida pela Faculdade de
Data da licenciatura:/...../..... Classificação final: valores.
3. Grau de especialista em:
4. Competência em avaliação do dano corporal pela Ordem dos Médicos:
 Sim Não
5. Curso de Pós-Graduação em Avaliação do Dano Corporal Pós-Traumático:
 Sim Não
6. Experiência médico-legal na área da avaliação do dano corporal. Indique a Delegação e desde que data exerce actividade:
.....
.....
7. Disponibilidade horária para o exercício de actividade pericial, de segunda a sexta-feira dentro do horário normal de expediente:

Dia útil semanal	Horário
.....
.....
.....

D - Actividade profissional:

Encontra-se vinculado à Administração Pública: Sim Não

Se respondeu sim, indique:

Nome da Instituição:

Carreira:

Categoria:

Regime trabalho:

- Tempo Completo - 35 h semanais

- Dedicção exclusiva:

35h semanais

42h semanais

- Outro Regime. Indique qual:

Declaro sob compromisso de honra que disponho dehoras semanais (de segunda a sexta-feira) para prestar a actividade pericial a que me candidato:

.....

(Assinatura conforme bilhete de identidade)

Observações:

.....

.....

.....

.....de.....de 2008

Declaro sob compromisso de honra que sou detentor de conhecimentos de informática ao nível do utilizador:

.....

(Assinatura conforme bilhete de identidade)

Assinatura

.....

(Conforme bilhete de identidade)

O modelo do presente requerimento está disponível em www.inml.mj.pt

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 23417/2008

Por despacho do presidente deste Instituto de 24 de Julho de 2008, foi Luísa Maria Rosendo Pereira Marques Sebastião, ajudante principal na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo do município de Lagoa — Algarve, ficando afectada à Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lagoa — Algarve. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

4 de Setembro de 2008 — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra*.

Rectificação n.º 2026/2008

Por ter sido publicado com inexactidão, de novo se publica o aviso (extracto) n.º 22 669/2008, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 29 de Agosto de 2008.

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação / Integração	
				Conservatória	Data
Cartório Notarial de Alcanena.	Alcanena	Ana Paula Santos Antunes Carvalho Pais.	2.º Ajudante	CP de Alcanena	09-08-2008
		Alda Maria Carreira Formiga Gonçalves.	Escriturário	CP de Alcanena (a)	09-08-2008
Cartório Notarial de Baião	Baião	Rosa Maria Vieira Borges	2.º Ajudante	Predial de Baião	09-08-2008
		Armando Queiroz Pereira	Escriturário	Civil de Baião (a)	09-08-2008
2.º Cartório Notarial de Beja.	Beja	Ana Rosa Almeida Panasqueira Sota.	2.º Ajudante	Predial e Comercial de Beja.	09-08-2008
		Célia Maria de Carvalho Ildefonso.	2.º Ajudante	Predial e Comercial de Beja.	09-08-2008
		Ana Paula Ilhéu Dias Santos	Escriturário	Predial e Comercial de Beja (a).	09-08-2008
				CP de Coruche	09-08-2008
Cartório Notarial de Coruche.	Coruche	Maria Jacinta Fitas Martins Garcia Nunes.	2.º Ajudante	CP de Coruche (a)	09-08-2008
		Joaquim Caçador Ribeiro	Escriturário Superior.	CP de Coruche (a)	09-08-2008
Cartório Notarial de Entroncamento.	Entroncamento	Manuel José Marques Montargil	Notário	CP do Entroncamento	15-08-2008
				CP do Entroncamento	15-08-2008
Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos.	Figueiró dos Vinhos.	Maria Manuela Nunes Pimenta	2.º Ajudante	CP do Entroncamento	15-08-2008
		Maria da Graça Silvério Lucas Leal.	Escriturário Superior.	CP do Entroncamento (a).	15-08-2008
Cartório Notarial de Figueiró dos Vinhos.	Figueiró dos Vinhos.	Mário Jorge Louro Medeiros	2.º Ajudante	CP de Figueiró dos Vinhos.	09-08-2008
		Aldora Maria Nascimento Loureiro.	Escriturário	CP de Figueiró dos Vinhos (a).	09-08-2008
Cartório Notarial de Grândola.	Grândola	Maria Luísa Gomes Delgado Pereira Felício.	1.º Ajudante	CP de Grândola	09-08-2008
		Maria Antónia de Jesus Pereira	2.º Ajudante	CP de Grândola	09-08-2008
Cartório Notarial de Mondim de Basto.	Mondim de Basto	Maria José Pinto Marante	2.º Ajudante	CP de Mondim de Basto.	09-08-2008
		Arlete Maria da Mota Mesquita	Escriturário	CP de Mondim de Basto (a).	09-08-2008
				CP de Mondim de Basto (a).	09-08-2008
Cartório Notarial de Mortágua.	Mortágua	Maria Edite Simões Carreira Saraiva.	2.º Ajudante	CP de Mortágua	09-08-2008
Cartório Notarial de Paredes de Coura.	Paredes de Coura	Maria João de Almeida Rocha Pedrosa de Moura.	Notário	CP de Paredes de Coura.	09-08-2008
		Maria de Lurdes Araújo de Sousa	2.º Ajudante	CP de Paredes de Coura.	09-08-2008
		Ana Maria Brandão Guerreiro Veiga.	Escriturário	CP de Paredes de Coura (a).	09-08-2008
Cartório Notarial de Penalva do Castelo.	Penalva do Castelo	Carla Marisa Almeida da Costa Couto.	2.º Ajudante	CP de Penalva do Castelo.	09-08-2008